

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DA ÁREA DE
PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) DO TAPAJÓS**

Às nove horas e cinco minutos da manhã do dia dez de outubro de 2023, no auditório “Rio Amazonas” do hotel Amazon Palace, localizado na Avenida Marechal Rondon, 843, Boa Esperança - Itaituba/PA, CEP 68181-010, Ronilson Vasconcelos Barbosa, Presidente do Conselho Consultivo da APA do Tapajós e coordenador da UNA Itaituba, deu início à reunião se apresentando e cumprimentou os presentes dando as boas-vindas. Convidou a servidora Thays Sousa para iniciar os trabalhos. Thays Sousa cumprimentou a todos e justificou a ausência presencial da servidora Carolina Fidellis, chefe do serviço técnico II da UNA, que está acompanhando a reunião remotamente. Na sequência, passou a fala ao Erick Rodrigo Porto Pinho, agente ambiental da Gerência Regional Norte – GR1 do Instituto Chico Mendes – ICMBio, que cumprimentando a todos os presentes, se identificou e pediu para que todos os presentes se apresentassem brevemente, dizendo o nome e a instituição que representa. Isso feito, apresentou as pautas da reunião: 1) renovação do conselho com a posse aos novos conselheiros; 2) a elaboração do Regimento Interno do conselho, que conforme prevê normativa do ICMBio, deve ser elaborado em até 90 dias; 3) elaboração do Plano de Ação, que poderá não ser construído na presente data, ficando para a próxima reunião. Na sequência apresentou a programação do dia: 1) apresentação para nivelamento conceitual dos participantes, 2) posse aos conselheiros, 3) intervalo, 4) explanação sobre o processo de elaboração do plano de manejo da UC, 5) pausa para o almoço, 6) retorno das atividades com uma apresentação sobre o Regimento Interno, 7) formação de grupos de trabalho, 8) intervalo, 9) apresentação dos resultados dos grupos de trabalho, 10) informes de gestão, 11) leitura e assinatura da ata, e por fim, o encerramento. Erick perguntou aos presentes se alguém quer inserir algum outro informe ou solicitar informações. Foi pedido para que falem sobre o processo de elaboração do Plano de Manejo. João Francisco Vieira, representante da Associação dos Mineradores de Ouro do Tapajós (AMOT), pediu para que se trate também sobre a questão fundiária na unidade. Antônio, da AGEFRIN, questionou como será tratada a titulação das áreas ocupadas antes da criação da UC. Na sequência, a servidora Thays Sousa apresentou os acordos de convivência pactuados para um bom andamento da reunião. Isso posto, Erick e Thays, representantes do ICMBio, pedindo a participação dos presentes, fizeram um resgate histórico dos principais eventos ocorridos desde a criação da unidade em 2006: no ano de 2011 foi instituído o conselho consultivo da APA Tapajós; em 2012 ocorreram algumas reuniões extraordinárias; entre os anos de 2015 a 2017 foram realizadas reuniões em algumas comunidades inseridas no interior da UC; em 2017 também foi criada a UNA Itaituba, unidade gestora da APA e de outras onze UCs; no ano de 2022 foram realizadas a segunda e a terceira reuniões ordinárias do conselho consultivo, sendo a terceira destinada para a elaboração do plano de manejo da unidade; em 2022 também foram realizadas, em comunidades do interior da UC, as reuniões preparatórias para a oficina de elaboração do plano de manejo. Já em 2023 ocorreu a quarta reunião ordinária do conselho consultivo e em outubro, na presente data, está sendo realizada a quinta reunião ordinária. José Antunes, representante da AMOT, complementou dizendo que em fevereiro de 2022, durante a reunião do conselho consultivo, houve a apresentação do relatório preliminar e em agosto o relatório final do plano de manejo. Thays esclareceu que durante tais reuniões foi definida a lista das instituições participantes da oficina de elaboração do plano de manejo, resultado do

49 mapeamento realizado no território. Dando sequência às atividades, Erick fez uma
50 apresentação para nivelamento conceitual dos presentes, em que trouxe informações a
51 respeito da participação social em conselhos; o que são conselhos de UC; quem deve
52 participar da sua composição, enfatizando a legislação estabelecida, em especial o
53 Sistema Nacional de Unidades de Conservação, o Plano Estratégico Nacional de Áreas
54 Protegidas e a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas;
55 sobre como é composto um conselho consultivo, que ocorre da seguinte forma: primeiro
56 são definidos os setores que irão compor o conselho, publicados em uma Portaria, a
57 seleção das instituições, oficializadas por um termo de homologação, e a definição dos
58 conselheiros, formalizados por ofícios das instituições. Erick apresentou quem são os
59 setores e as instituições que compõem o conselho consultivo da APA Tapajós, definidos
60 pela Portaria ICMBio nº 1.793/2023. Durante a apresentação da composição do conselho
61 consultivo, José Antunes (AMOT) informou que no setor garimpo, a cadeira da AMOT
62 tem como suplente o Sindicato dos Mineradores do Oeste do Estado do Pará
63 (SIMIOESPA). A servidora Thays Sousa explicou que a instituição pode não ter enviado
64 o ofício a tempo de formalizar a sua inclusão como suplente no conselho, mas que isso
65 pode ser modificado para a sua efetiva inclusão. A Vânia, representante da comunidade
66 Três Feijão, informou que a comunidade não está representada no conselho, apesar da
67 comunidade ter elaborado o ofício, não foram incluídos. Erick, em comum acordo com
68 José Antunes e Vânia, definiu que a equipe gestora irá formalizar a inclusão das duas
69 instituições. A Maria Irlene, da comunidade Bom Jardim, pediu para seja incluído a
70 comunidade Bom Jardim também na composição, inclusive reforçou que a comunidade
71 já está organizada como cooperativa. Karoliny, conselheira suplente das comunidades
72 Alto Alegre, Castanheira e Cabaçal, pediu para que também seja incluído as comunidades
73 Nova Vida e Boca do Prata. Heloísa Dias, representante da comunidade São Raimundo,
74 reforçou para que seja incluída a comunidade Três Feijão, por ser constituída de
75 comunidades garimpeiras. Carolina Fidellis, servidora do ICMBio participando
76 remotamente, explicou que em alguns casos, como o da comunidade Três Feijão, não
77 havia representantes participando das reuniões preteritamente e por conta disso, não
78 houve o convite para comporem o conselho. Mas, entende que devem participar sim.
79 Lembrou que a reunião é aberta e todos podem participar, independente de ocupar alguma
80 cadeira como conselheiro ou não. Lívia, servidora do ICMBio participando remotamente,
81 explicou como se deu a dinâmica para seleção de instituições nos últimos anos e que todas
82 as comunidades mapeadas na época foram incluídas na composição do conselho, seja
83 como titular ou como suplente. Lembrou que a alteração na composição se dará após ser
84 dada posse aos conselheiros e com o regimento interno aprovado, onde constará a forma
85 como serão feitas tais alterações. Erick enfatizou e pactuou com todos os presentes que
86 essas modificações serão feitas após a aprovação do regimento interno. Pedro,
87 representante da COOPERTRANS e participando remotamente, questionou se as
88 instituições que representam as comunidades precisam estar legalmente constituídas
89 como pessoa jurídica. Erick explicou que isso não é uma exigência, nesse caso a
90 instituição deve apresentar a ata da reunião que define o seu representante com a
91 respectiva lista de presença. José Antunes, da AMOT, pediu para que se registre que a
92 reivindicação da comunidade Penedo é legítima, lembrou que a comunidade, apesar de
93 não estar no interior da UC, oferece suporte à comunidade Bom Jardim, que está inserida
94 na UC. Dando continuidade à apresentação, Erick explicou sobre a diferença entre um
95 conselho consultivo e um conselho deliberativo, presente somente nas categorias RESEX
96 e RDS; explicou como o ICMBio trata os encaminhamentos dos conselhos gestores; quais
97 são as competências e os objetivos de cada tipo de conselho; explicou sobre o papel de
98 um conselheiro, lembrando que o conselheiro é representante de uma instituição, devendo

99 se posicionar da mesma forma. Ainda, explicou a diferença entre o membro, instituição
100 que compõe o conselho, e o conselheiro, pessoa representante da instituição membro do
101 conselho; apresentou como é estruturado o conselho, em plenária, presidência, secretária-
102 executiva, grupos de trabalho (GT) e câmaras temáticas; e quais são os instrumentos que
103 o conselho possui para se manifestar e propor encaminhamentos, são eles: recomendação,
104 moção, e para os conselhos deliberativos, também a resolução. Por fim, explicou que
105 estando os conselheiros empossados, o conselho deve elaborar o seu regimento interno,
106 onde deve haver os objetivos e atribuições do conselho, a organização e a estrutura do
107 conselho, as formas de funcionamento e tomada de decisão, os critérios para modificar a
108 composição do conselho; e o plano de ação, que consiste no planejamento das atividades
109 a serem realizadas a curto ou médio prazo pelo conselho. Findada a apresentação, às dez
110 horas e quarenta minutos se deu um intervalo. Retornada a atividade às onze horas,
111 iniciou-se o processo de posse aos conselheiros. Ediléia Pires, representante da Agência
112 Nacional de Mineração (ANM) e participando remotamente, perguntou como poderão
113 tomar posse sem estarem presentes. A servidora Thays Sousa explicou que os
114 conselheiros que não puderam estar presentes terão disponibilizado o termo de posse para
115 assinatura digital, e na próxima reunião poderão receber o termo de posse físico.
116 Esclarecida a dúvida, os conselheiros presentes foram chamados um a um para a
117 assinatura e recebimento do termo de posse. Estando assim, a partir da presente data,
118 empossados os conselheiros do conselho consultivo da Área de Proteção Ambiental do
119 Tapajós. Ato subsequente, o servidor do ICMBio e participando remotamente, Gleison
120 Freitas, iniciou agradecendo a equipe de Itaituba pela mobilização e organização da
121 reunião. Gleison fez uma breve contextualização do processo de elaboração do plano de
122 manejo da APA Tapajós: nos anos de 2020 e 2021 a equipe do ICMBio se empenhou com
123 a organização e o planejamento do processo; em julho de 2022 ocorreram reuniões em
124 diferentes comunidades; em agosto de 2022 houve a retomada das reuniões do conselho
125 consultivo, onde se definiram os membros que o comporiam; em setembro de 2022
126 houveram reuniões setoriais, onde se definiram as responsabilidades de cada segmento e
127 dos atores envolvidos no território da APA, bem como o mapeamento das áreas em que
128 ocorrem atividades de uso; em novembro de 2022 houve mais uma reunião do conselho
129 consultivo e ocorreu a primeira reunião com os indígenas Munduruku do município de
130 Jacareacanga, moradores da Terra Indígena Munduruku, limítrofe à APA; em fevereiro
131 de 2023 ocorreu a quarta reunião do conselho consultivo, momento em que foi definida
132 a lista dos participantes da oficina de elaboração do plano de manejo; no mês de julho de
133 2023 ocorreu uma segunda reunião com os indígenas em que houve um aprofundamento
134 no debate sobre o processo de elaboração do plano de manejo e colhidas novas propostas
135 da população indígena; em agosto de 2023 ocorreu uma oficina de pesquisadores com a
136 proposta de mapear os dados científicos existentes sobre o território da APA Tapajós, de
137 levantar necessidades e novas propostas a serem levadas para a próxima oficina de
138 elaboração do plano de manejo. Gleison informou que todas essas informações estão
139 contidas em relatórios que podem ser disponibilizados aos interessados. Gleison enfatizou
140 a diferença entre a reunião de um conselho gestor e a oficina de elaboração de um plano
141 de manejo de UC, lembrando que o conselho deve estar sempre ativo com o objetivo de
142 discutir continuamente as pautas da unidade e os assuntos importantes para a gestão,
143 enquanto a oficina é o momento específico para escrever o plano de manejo. Documento
144 este, que deve ser implementado pelo órgão gestor da UC e pelo seu conselho gestor. Na
145 sequência, tratando sobre a próxima oficina a ser realizada, informou que a próxima
146 oficina será realizada dos dias 20 a 24 de novembro de 2023, ocorrerá das 8h às 12h e das
147 14h às 18h todos os dias, e será realizada em Itaituba. O local ainda não está confirmado,
148 mas assim que definido todos os participantes serão informados previamente. A lista de

149 participantes já está definida, conforme foi encaminhado na última reunião do conselho
150 e será reenviada para ciência de todos até a próxima segunda-feira, 16 de outubro de 2023.
151 O custeio da atividade será responsabilidade do ICMBio, por meio do projeto “Paisagens
152 Sustentáveis da Amazônia”, serão oferecidos almoço e lanche para todos os participantes.
153 Aos participantes que não são residentes da sede do município haverá hospedagem no
154 mesmo local da oficina, bem como todas as refeições e o ressarcimento das passagens
155 terrestres ou fluviais (devendo o participante apresentar o bilhete original durante o
156 período da oficina). Aos participantes de outros estados, que é o caso da ANM, FUNAI e
157 Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) as passagens aéreas serão
158 custeadas. Outras informações reforçadas pelo Gleison foram: todos os participantes
159 receberão o Guia do Participante impresso no primeiro dia da oficina; será permitida a
160 participação de apenas um representante por instituição convidada, que deverá participar
161 de todos os dias da oficina; aos participantes de fora a chegada está prevista para o dia 19
162 de novembro, um dia antes do início da oficina; a oficina contará com a participação de
163 servidores do ICMBio com ampla experiência na condução de oficinas de elaboração de
164 plano de manejo, com mais duas servidoras responsáveis pela relatoria de todas as
165 discussões e encaminhamentos da oficina, que terá como produto um relatório preliminar,
166 e um servidor como ponto focal para elaborar a geoespacialização do que for discutido
167 ao longo da oficina. Gleison explicou que a partir do relatório será elaborada a primeira
168 versão do plano de manejo, que será apresentada aos participantes que terão 30 dias para
169 apreciar e propor considerações, após esse período e com as modificações propostas, o
170 documento é enviado para apreciação das áreas técnicas do ICMBio e posteriormente
171 para análise jurídica. Em complementação à apresentação do servidor Gleison, a
172 servidora Lívia Coelho, também participando remotamente, informou que o processo
173 possuirá uma etapa a mais, que consiste na consulta feita ao povo indígena Munduruku,
174 que também irão apreciar o documento e propor eventuais considerações. Lívia Coelho
175 aproveitou a oportunidade para esclarecer uma dúvida a respeito da questão fundiária da
176 APA, dizendo que a regularização fundiária deve ser tratada no âmbito do plano de
177 manejo como um planejamento específico, a ser construído após esse documento já estar
178 elaborado, na forma de um plano de regularização fundiária. Pediu aos participantes que
179 transmitam aos seus colegas a importância de participar da oficina de elaboração do plano
180 de manejo. O servidor Gleison lembrou da importância do processo de elaboração do
181 plano de manejo do Parque Nacional do Jamanxim, que teve como um dos seus resultados
182 a demanda de se firmar um termo de compromisso com os comunitários. Além disso,
183 complementando a fala da colega, lembrou que o Brasil é um país signatário da
184 Convenção nº 169 da OIT, que consiste na obrigação de realizar a consulta aos povos e
185 comunidades tradicionais. Aberto para dúvidas aos conselheiros e participantes, o João
186 Kaba, representante do povo indígena Munduruku, perguntou sobre a regularização das
187 pistas de pouso que possuem no território, tendo em vista que possuem mais de dez pistas
188 que nunca foram regularizadas e é uma importante demanda da comunidade.
189 Esclarecendo a dúvida, Gleison disse que após a realização da oficina a equipe do ICMBio
190 tem um prazo para consolidar a primeira versão. A respeito da regularização das pistas de
191 pouso, o plano de manejo tratará somente da área da APA Tapajós e não envolverá os
192 territórios adjacentes, mas que o documento deverá contemplar a questão das pistas de
193 pouso inseridas dentro da APA, considerando que a categoria de APA não impede a
194 existência de pistas de pouso de aeronaves, mas lembrando que a homologação das pistas
195 é responsabilidade da ANAC. Complementarmente, a servidora Lívia informou que a
196 devolutiva da oficina deverá acontecer na última semana de janeiro e pediu para que os
197 representantes Munduruku avaliem se é possível realizar nesse período. Heloísa,
198 representante da comunidade São Raimundo, perguntou se caso o representante da

199 comunidade já definido não puder participar, poderão enviar outro representante. Gleison
200 e Lívia esclareceram que a comunidade pode enviar outro participante, mediante o aviso
201 prévio à equipe do ICMBio com ao menos dez dias de antecedência, para que assim a
202 equipe possa organizar a alteração com o serviço de hospedagem. Karoliny, representante
203 da comunidade Cabaçal, questionou se além das pistas de pouso, o ICMBio poderia apoiar
204 as comunidades com as tratativas para a regularização de outras demandas de
205 infraestrutura para as comunidades. O servidor Gleison esclareceu que o ICMBio não
206 atua diretamente em alguns processos, usou como exemplo a regularização de pistas de
207 pouso, que é competência da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), e a
208 regularização de terras, competência direta do INCRA e do ITERPA. A atuação do
209 ICMBio é uma atuação complementar. O que pode ser feito é o conselho consultivo
210 instituir câmaras temáticas e grupos de trabalho para tratar sobre a regularização de
211 assuntos específicos e convocar os órgãos com responsabilidade direta para que
212 participem e construam conjuntamente com os comunitários. Complementarmente, a
213 servidora Lívia lembrou das reuniões setoriais com os órgãos públicos, realizadas em
214 setembro de 2022, que teve como produto uma matriz de responsabilidades dos órgãos
215 públicos na cogestão do território. Também reforçou que é importante que a comunidade
216 saiba quais são as principais questões que os afligem, de forma que consigam trazer essa
217 problemática de forma clara para as oficinas. Karoliny, complementando a fala anterior,
218 solicita o apoio do ICMBio na interlocução com os outros entes públicos, em razão da
219 dificuldade que os comunitários muitas vezes encontram para conseguir tratar com os
220 órgãos competentes. Lucas Pavarina, representante do Instituto de Desenvolvimento
221 Mineral do Tapajós (IDMTAP), informou que estão realizando o levantamento das pistas
222 de pouso dentro do território e que os pilotos estão se organizando em uma cooperativa.
223 José Antunes (AMOT) informou que vem enfrentando problemas com os órgãos de
224 fiscalização, que uma pista de pouso que está em processo de homologação junto à ANAC
225 quase foi “explodida”. João Vieira (AMOT) explicou que não tem havido um
226 entendimento comum entre o ICMBio e as secretarias municipais que emitem licenças
227 ambientais, tendo em vista que muitas vezes o ICMBio não reconhece as licenças
228 expedidas pelos municípios e gostaria de entender como tais licenças poderão ser
229 validadas pelo ICMBio. Ronilson esclarecendo algumas das dúvidas referente à
230 fiscalização, informou que recentemente houveram eventos de fiscalização em que alguns
231 aviões foram destruídos em uma ação do IBAMA, em pistas em processo de homologação
232 na ANAC, mas com documentação pendente. Acredita ser necessário que a ANAC
233 informe ao ICMBio sobre o processo de licenciamento das pistas de pouso. Bruno Matos,
234 participando remotamente, servidor do ICMBio e Coordenador Regional Oeste do Pará,
235 iniciou sua fala dizendo que o processo de restauração do conselho gestor é muito
236 importante, por ser o fórum adequado para a discussão de assuntos relevantes para a UC.
237 Parabenizou os colegas do ICMBio pela organização e parabeniza os conselheiros pelo
238 papel que eles ocupam, pela importância no ordenamento das atividades realizadas na
239 unidade. Complementando a fala do Ronilson, Bruno explicou que o processo de
240 elaboração do plano de manejo é muito importante por ter o objetivo de ordenar as
241 atividades no território. Sobre as pistas de pouso informou que a ANAC tem a
242 competência para homologar as pistas de pouso e que a atuação do ICMBio não se faz
243 sobre a homologação, mas sim sobre a abertura da pista sem atender o devido processo
244 de licenciamento ambiental, sem possuir a anuência do órgão gestor. Portanto, entende
245 que o plano de manejo da APA vai servir para o ordenamento do território e que é o
246 instrumento que vai permitir uma articulação com todos esses órgãos. Gleison Freitas
247 reforçou que a implantação de uma pista de pouso requer a anuência do ICMBio, órgão
248 gestor da UC, no processo de licenciamento ambiental. Contudo, o momento para se

249 discutir essa problemática será durante a oficina de elaboração do plano de manejo, tendo
250 em vista que o órgão licenciador, ao avaliar a implantação/regularização de uma pista de
251 pouso no interior da UC, irá se pautar no plano de manejo. Sobre os casos das licenças já
252 emitidas sem anuência do ICMBio ainda não está esclarecido se o licenciamento deve ser
253 feito ou qual será o encaminhamento. A servidora Lívia Coelho sugere aos conselheiros
254 que ajudem a cobrar dos municípios para que instituam os seus conselhos municipais, por
255 serem colegiados importantes para a discussão. Ainda sobre as pistas de pouso, informou
256 que o espaço aéreo pode compor os limites da UC, portanto o ICMBio tem que ser
257 consultado. Lembrou que nesses locais ocorre o transporte de combustível, oferecendo
258 riscos à unidade. Reforça que isso é uma pauta para ser debatida na oficina de plano de
259 manejo, onde serão elaboradas as normas para tratar das pistas de pouso do território.
260 Uma sugestão já levantada para as licenças que já foram emitidas pelos municípios é que
261 seja feito o licenciamento ambiental corretivo de tais empreendimentos. Lívia enfatizou
262 que é necessário verificar os locais com solicitação de licença pois existem áreas dentro
263 da UC que são mais sensíveis. Além disso, explicou que os órgãos municipais
264 licenciadores possuem competência para licenciar somente empreendimentos de baixo
265 impacto ambiental. Reforçou que a anuência do órgão gestor é obrigatória, portanto as
266 licenças sem anuência do ICMBio estão irregulares. Por fim, explicou que o plano de
267 manejo não resolverá todos os problemas de gestão, mas é um importante instrumento
268 para a resolução de tais problemas. Ronilson Vasconcelos explicou aos presentes que o
269 ICMBio, IBAMA, ANM, outros órgãos federais e o governo do estado do Pará foram
270 instados a responder, por meio de uma recomendação do Ministério Público Federal
271 (MPF), se estavam de acordo com as licenças ambientais emitidas pelos municípios sem
272 atender o rito legal do licenciamento ambiental e com os danos gerados pelos
273 empreendimentos licenciados ultrapassando a esfera local, configurando danos regionais.
274 O ICMBio se manifestou de acordo com o MPF e a atuação do órgão, portanto, está
275 pautada por tal recomendação. Ainda, disse que a extração mineral tem que estar
276 condicionada às exigências do licenciamento ambiental, não podendo ser feita de outra
277 maneira. José Antunes (AMOT) disse conhecer esse processo e os seus autos, e estranhou
278 o ICMBio ter atendimento prontamente tal recomendação do MPF, tendo em vista que
279 impacta a vida de muitas pessoas. Também reclamou o fato de que tem enfrentado
280 dificuldades para acessar o IBAMA para interpor a defesa do seu cliente. Terminou sua
281 fala dizendo que acredita que as oficinas de elaboração do plano de manejo vão poder
282 dirimir tais problemas. Por fim, o servidor Gleison Freitas pediu para que qualquer dúvida
283 que houver sobre a oficina do plano de manejo que entrem em contato com ele, ou com
284 as servidoras Carolina Fidellis e Thays Sousa. A servidora Lívia Coelho, se despedindo
285 da reunião, se colocou a disposição de qualquer coisa e cumprimentou a todos.
286 Finalizando o primeiro período da reunião, Ronilson colocou a equipe da UNA a
287 disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas. Às trezes horas e quarenta
288 minutos a reunião foi interrompida para o período de almoço, tendo retornada às catorze
289 horas e quarenta e cinco minutos. Retomando as atividades, Erick Pinho, representante
290 do ICMBio, fez uma breve explanação sobre o regimento interno de um conselho gestor,
291 em que apresentou o conteúdo mínimo que deve conter e a sugestão de uma estrutura para
292 o regimento. Enfatizou que é importante constar no regimento um bom detalhamento
293 sobre o funcionamento do conselho e mecanismos de monitoramento e avaliação da
294 efetividade do conselho. Concluída a apresentação, os participantes foram divididos em
295 três grupos de trabalho e com a moderação de servidores do ICMBio, receberam
296 perguntas norteadoras para a elaboração do regimento interno. Às dezesseis horas e
297 quarenta minutos foi encerrada a discussão nos grupos de trabalho e foi dado um
298 intervalo. Às dezessete horas e vinte minutos os participantes retornaram do intervalo

299 para a plenária. Com os presentes organizados na plenária, organizou-se as perguntas e
300 respostas de cada grupo. Foi escolhido por cada grupo um apresentador para descrever as
301 perguntas e as respostas elaboradas pelo GT, que foram apreciadas pela plenária. Feitas
302 as devidas considerações em plenária e submetidas à votação dos conselheiros presentes,
303 definiu-se as seguintes respostas para as perguntas norteadoras, que constarão no
304 regimento interno:

305 Primeiro grupo – 1) Quando a reunião pode começar? Há quórum mínimo? Quórum
306 mínimo de dois terços, sendo 33 participantes. 2) Há duas convocações? Qual o intervalo
307 mínimo entre elas? Duas convocações com intervalo mínimo de vinte minutos. Podendo
308 se iniciar com cinquenta por cento mais um membro, sendo 25 membros. 3) Como o
309 quórum é considerado quando há vagas vacantes no conselho? Dois terços das vagas
310 preenchidas. 4) A entidade membro pode enviar representante que não seja conselheiro?
311 Sim, limitado a uma reunião por ano. 5) O representante enviado que não é conselheiro
312 terá direito a voto? Não. 6) Se sim (a entidade membro pode enviar representante que não
313 seja conselheiro), qual o procedimento a ser seguido? O titular pode indicar o
314 representante por meio de ofício até um dia antes. 7) Como é feita a tomada de decisão
315 na plenária? E no caso de empate? Em votação aberta, havendo nova rodada em caso de
316 empate e sendo a maioria simples. 8) Qual quórum para tomada de decisão? Dois terços.
317 9) O método é o mesmo para alteração do regimento interno? Dois terços dos presentes
318 na reunião. 10) A reunião precisa ter uma ordem estabelecida no regimento interno? Se
319 sim, qual a ordem? Sim, conforme previsto no artigo 27º. 11) O que são os informes gerais
320 e quem pode fazer? Assuntos de interesse da UC. Pode fazer conselheiro/participantes.
321 12) É possível inserir um novo ponto de pauta no início da reunião? Sim, em caso de
322 interesse da UC, votado em plenária. 13) A leitura da ata para aprovação no início da
323 reunião é necessária? Ou são feitos apenas ajustes? Aprovação da ata e apenas ajustes na
324 reunião seguinte. 14) O que acontece se não há tempo para abordar todos os pontos da
325 pauta? Se for pauta importantíssima votada em plenária, será convocada reunião
326 extraordinária ou será a primeira pauta na reunião ordinária seguinte. 15) Quem tem
327 direito a voz na reunião? Conselheiros/representantes e participantes. Segundo grupo –
328 1) Quantas reuniões ordinárias por ano? Mínimo de duas reuniões ao ano. 2) Quais
329 requisitos para convocação reunião extraordinária? Um terço simples solicitado ao
330 presidente e ocorrência de algo que esteja fora do regimento. 3) Com que antecedência as
331 reuniões ordinárias devem ser convocadas? E as extraordinárias? Trinta dias corridos de
332 antecedência para as reuniões ordinárias e quinze dias corridos de antecedência para as
333 reuniões extraordinárias. 4) As reuniões podem ocorrer em diferentes municípios da área
334 da UC? Sim, em qualquer município, preferencialmente no município de Itaituba. 5)
335 Reuniões virtuais podem acontecer? Sim. Podendo ser dividida entre virtual e presencial.
336 A reunião deverá ser comunicada que será transmitida virtualmente. 6) Em quais
337 circunstâncias podem ocorrer reuniões virtuais? Em nenhuma circunstância. A reunião
338 não poderá ocorrer cem por cento de modo virtual. Justificativas: ausência de sinal de
339 internet, energia elétrica, etc. 7) Como será a tomada de decisões em reunião virtual? O
340 suplente terá direito ao voto na ausência do titular, com a votação de cinquenta por cento
341 mais um (virtual e presencial). Participação virtual justificada terá direito ao voto, com a
342 justificativa aprovada pelo conselho. 8) A presidência deve consultar os membros para
343 elaboração da pauta? Com que antecedência? Sim, os membros deverão ser consultados
344 com no mínimo trinta dias corridas de antecedência. 9) Qual procedimento para elaborar
345 pauta da reunião? Quem pode sugerir? Presidente e conselheiros, titular ou suplente. 10)
346 Para quem se envia as sugestões de pauta? Com que antecedência? A pauta da reunião
347 deverá ser enviada com até quinze dias de antecedência. Deve ser encaminhada para o
348 ICMBio preferencialmente, via e-mail e whatsapp. 11) Com qual antecedência a pauta

349 deve ser divulgada? Com a convocação/convite? Envio com o convite. Trinta dias
350 corridos para as reuniões ordinárias e quinze dias corridos para as extraordinárias. 12)
351 Como deve ser feita a justificativa de falta? A justificativa de falta deverá comunicada
352 via ofício. 13) Qual o prazo de apresentação de justificativa de falta? A falta deverá ser
353 comunicada com no mínimo dez dias de antecedência. Em casos excepcionais a falta deve
354 ser comunicada em até setenta e duas horas após o término da reunião. 14) Quando deve
355 ser feita alteração no regimento interno? Qual o rito? Caso seja necessário muda-se a cada
356 doze meses, por meio de votação com cinquenta por cento mais um dos presentes e dos
357 participando virtualmente. Formação de grupo de trabalho para construir e apresentar para
358 o conselho. Terceiro grupo – 1) Que documentos/manifestação o conselho pode produzir
359 além da ata? Moção, Recomendação e Resolução. 2) Qual o procedimento se a redação
360 do documento não pode ser concluída na mesma reunião? Conclusão na reunião seguinte
361 e se for o caso, em reunião extraordinária. 3) Qual o prazo de envio da ata para os
362 conselheiros? E qual o meio de envio? Três dias úteis, por meios eletrônicos, e-mail e
363 whatsapp. 4) O plano de ação deve ter um conteúdo mínimo? Se sim, qual? Sim, temas,
364 competências, recursos, prazos, parceiros, responsável, operacionalização. 5) Com que
365 periodicidade o plano de ação deve ser monitorado e avaliado? Como deve ser? Plano de
366 ação, mensal, com relatório enviado via e-mail e whatsapp e a cada reunião ordinária do
367 conselho. 6) Qual a periodicidade de monitoramento/avaliação do funcionamento do
368 conselho? Qual método? A cada reunião ordinária, por meio de frequência e plano de
369 ação. 7) Como deve ser conduzida a modificação de setores do conselho? Há critérios?
370 Atuação na UC e votação do conselho, justificada em ata. 8) Como e quando deve ser
371 conduzida a modificação de vagas e instituições do conselho? Há um prazo ou uma
372 periodicidade para isso? Modificação a cada dois anos. Atuação na UC, frequência e
373 votação do conselho. 9) Como e quando preencher vagas vacantes? Candidatura de
374 entidades interessadas, com votação pela plenária em reunião ordinária. 10) Qual o
375 procedimento para a entidade alterar seus representantes? Comunicação formal. 11) Qual
376 procedimento o ICMBio deve seguir ao final dos mandatos? Ofício com trinta dias antes
377 da próxima reunião para entidades membros. 12) Há previsão de aplicar sanções? Em que
378 casos? Qual procedimento? Descumprimento não justificado. Cometimento de atos
379 ilícitos (penal). 13) Quais as sanções possíveis? Advertência e exclusão, sendo três
380 advertências levando a exclusão. 14) Quais as circunstâncias para a perda do mandato?
381 Duas faltas não justificadas seguidas e exclusão. 15) A instituição perde a vaga ou
382 somente o conselheiro faltante perde o mandato? Só o conselheiro. Concluída a
383 apreciação pela plenária de todas as respostas e considerações, definiu-se a formação de
384 um grupo de trabalho, que será composto por um membro de cada grupo, para redigir a
385 minuta do regimento interno, tendo como prazo final o dia catorze de novembro de 2023
386 para envio da minuta para todos os conselheiros. Ficou acordado que o grupo de trabalho
387 será formado por Luciane, representante da COMIDEC, João Vieira, representante da
388 AMOT e Lucas Pavarina, representante da IDMTAP. Como encaminhamentos finais,
389 Erick Pinho sugeriu que para a próxima reunião seja tratada os temas: inclusão dos novos
390 membros de entidades interessadas em participar do conselho consultivo da APA
391 Tapajós. Por fim, às dezenove horas a ata foi lida e aprovada pelos presentes. Por ser
392 verdade, eu, Francisco Cammarota Paulino, secretário ad hoc, lavrei a presente ata.
393 Certifico e dou fé.

394
395
396
397

Francisco Cammarota Paulino

Luciane

João Vieira

Amorim

